ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU– 2013

Ao décimo segundo dia do mês de dezembro de 2013, às 14h05min, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu, deu início à 4ª Reunião Ordinária do Plenário do Comitê Guandu, no Salão Vermelho, Prédio da Biologia, UFRRJ, em Seropédica, tendo como pauta os seguintes assuntos: 1- Leitura e aprovação da ata anterior (22/08/2013); 2- Proposta de calendário para as Reuniões de 2014; 3- Aprovação da Resolução ad referendum PSA; 4- Apresentação dos Projetos do Comitê Guandu: Queimadas – TECNOGEO; Minas d'água – SEP; Auxílio à Pesquisa. 5- Apresentação do Relatório Final do Evento Sociedade Civil; 6- Proposta de Calendário de Reuniões Extraordinárias da Plenária para Alteração do Regimento Interno (Março: 27/03/2014 e Abril: 24/04/2014); 7- Assuntos Gerais. O diretor geral do Comitê, Decio Tubbs (ABAS), iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e em seguida o Secretário Executivo, Julio Cesar Antunes, CEDAE-Companhia de Estadual de Água e Esgoto, solicitou a leitura da pauta. Em seguida deu continuidade realizando a leitura e aprovação da ata anterior (22-08-2013) e após contribuições dos presentes, a ata foi aprovada e a secretaria executiva realizará as devidas alterações solicitadas. Em seguida, foi pautado o calendário para as Reuniões de 2014. Julio sugeriu que fossem discutidos o Item 6- Calendário das reuniões extraordinárias e Item 2- Calendário das reuniões ordinárias, em uma mesma reunião, pois, precisam-se esclarecer todas as dúvidas para o que o Regimento Interno seja aprovado para o próximo biênio. Décio fez a proposta da mudança de algumas datas das reuniões das Câmaras Técnicas. Em seguida, foi discutido o próximo item da pauta, Resolução ad referendum PSA, que dispõe a alteração da resolução do comitê guandu nº 85, que cria o Programa de Pagamento de Serviços Ambientais – PRO-PSA. Nelson destacou que o documento não foi enviado aos membros e solicitou a leitura do documento. Décio explicou que foi realizado uma alteração no Artigo 6, pois o problema estava na parte administrativa. Além disso, ressaltou que os recursos destinados ao Pro-PSA deverão ser utilizados em ações de pagamentos por serviços ambientais, como gerenciamento, administração, monitoramento, acompanhamento, fiscalização, conservação, restauração florestal e pagamentos aos possuidores a qualquer título de área rural em conformidade com o artigo 2º. Frederico Coelho (ABES) questionou a situação da legislação estadual em relação ao assunto. Julio explicou que a idéia é que o município atue mais claramente e o mesmo se relacionando com o projeto, o que é um grande passo, ou seja fixar uma lei. Sabe-se que

Miguel Pereira tem a lei, a princípio não foi sancionado. De certa forma, o objetivo é ter um maior envolvimento municipal. Mauricio Ruiz (ITPA) ressalta que no "considerando" houve a regulamentação do pro hidro (das águas) e através foi criado o programa Pro-PSA. Além disso, essa resolução espelha a regulamentação desse decreto. A lei municipal é importante porque se o pagamento for diretamente pela agência gera imposto, então se o recurso do PSA já é baixo, criamos uma via. A partir do momento que o município cria uma lei, isenta. Sebastiana Cesario (INEA) questionou como é monitorado o cumprimento da legislação ambiental, pois às vezes a pessoa só está voltada para o pagamento, então é necessária uma forma de legalizar, fazer com que os envolvidos cumpram também outras questões ambientais. E se caso não atender as determinações, reduza o valor do pagamento ou até cancele. Precisamos rever alguns quesitos. Mauricio complementa que essa é uma preocupação muito grande, desde o projeto piloto em Rio Claro. E para garantir um bom resultado, o projeto tem parceria com a TNC- The Nature Conservancy e também através do CAR - Cadastramento Rural. A partir do momento que o CAR ir a campo, estas propriedades serão as primeiras a serem mapeadas e cadastradas. Julio resumiu e informou a importância em discutir mais sobre o CAR, colocar em próximas pautas. Decio explicou que em Janeiro será publicado o edital para contratação de empresa para executar o projeto PSA. Julio destacou que o documento está referendado pela Plenária. Dando continuidade aos projetos do Comitê Guandu, foram canceladas as apresentações de Queimadas – Tecnogeo e Minas D'agua –SEP e substituída pela apresentação do projeto do Planos Municipais de Conservação e recuperação da Mata Atlântica Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, por Janete Abrão, Coordenadora de Área da AEMERJ. Desenvolvido em parceria com a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma-RJ), a Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro (Aemerj), o projeto apoia 15 municípios (13 do Noroeste Fluminense e dois do Norte) na elaboração dos seus planos municipais de conservação e recuperação da Mata Atlântica. Previstos na Lei da Mata Atlântica (nº 11.428/06), cada plano municipal deve mapear as zonas frágeis e com risco de enchente e deslizamentos, apontar ações para conservação de áreas degradadas, de fiscalização e de promoção do ecoturismo, além de definir áreas para a criação de Unidades de Conservação (UCs) municipais e proteção de mananciais de água. O documento final deve ser aprovado pelo conselho municipal de Meio Ambiente. A legislação nacional determina também que apenas os municípios que tenham seus planos aprovados, possam acessar o Fundo nacional de

Restauração da Mata Atlântica. Janete explicou que o projeto tem um processo metodológico, baseado em algumas etapas, como o fundamental envolvimento da prefeitura. Para isso é assinado um termo de compromisso com a mesma e a partir daí forma-se um grupo local da Mata Atlântica constituído por diferentes atores: poder público, sociedade civil organizada, segmentos como produtores rurais ou associações ou sindicatos. Esse grupo vai passar por processos de oficinas, com um núcleo de informações e construção de dados que é técnico. Através destas oficinas, trabalha-se um processo de diagnóstico e participação através de um mapa falado, onde os participantes do grupo desenham a Mata Atlântica do Local, em seguida constrói um esboço do plano de ação e logo após valida-se a ação e estabelece prioridades. Área estimada para recuperação de 76.464,36 hectares. Mapeamento das áreas de preservação permanente (desprovida de vegetação); mapeamento das vertentes (incêndio florestal e direcionamento de projetos de recuperação de áreas degradadas), mapeamento das áreas prioritárias para recuperação da mata atlântica; corredores ecológicos florestais, e o CAR será uma boa ferramenta para ajudar no processo. Janete explicou que o processo foi concluído no Noroeste e que encontra-se em fase de execução e que há planos de iniciar o projeto em 11 municípios no Largo São João, em 2014. Além da Reserva do Tinguá, por 6 municípios que ficam no seu entorno. E através do convite de Jose Anunciação, Prefeitura de Queimados, pode-se discutir a execução desse projeto na Bacia Hidrográfica do Comitê Guandu. E a partir disso, seria a interseção de duas ferramentas importantíssimas para a execução que é o plano diretor e o plano de bacia, atuariam como diretrizes. Segundo Carlos Alberto (Prefeitura de Nova Iguaçu), no caso de Nova Iguaçu, que atualmente conta com três unidades de conservação, e que passa por dificuldade, seria ótima oportunidade. Janete explica que é um desafio fazer um plano municipal, mas visando a integralidade do mesmo e também é importante desenvolver programas específicos para a área de amortecimento. Decio afirma que o Comitê tentará abraçar a causa, já que tem-se certa barreira a ser vencida que é a legislação que diz que deve-se aplicar grande parte do recurso em saneamento. Em determinado momento será necessário o apoio do Conselho Estadual em relação essa legislação. Janete explica que os recursos vêm da Câmara de Compensação Ambiental, através de decisão política em apoiar os planos. Criar unidades onde os territórios municipais tenham característica para isso. As ações de proteção dos mananciais estão dentro da pauta dos comitês. E para a implementação das ações, o comitê e seu recurso serão importantíssimos. Carlos Alberto

comentou que há um tempo Nova Iguaçu recebeu uma compensação ambiental de um empreendimento de bota fora, resíduos de construção civil e o município desconhecia um local prioritário para que essas árvores fossem plantadas. Mauricio Ruiz ressaltou a importância de projetos como esses. Há uma oportunidade que temos que utilizar no comitê de uma maneira objetiva, marcando uma reunião para trazer o Termo de Referência. Julio propôs que trouxesse o projeto a Câmara Técnica de forma que os membros ganhem conhecimento sobre o projeto. E a partir de uma discussão, podermos evoluir. E daí o fortalecimento político. Havendo conscientização de todos os municípios, conseguimos vencer todas as barreiras. José Anunciação aproveitou o ensejo e agradeceu os presentes pela oportunidade em apresentar esse projeto. Dando continuidade, Franziska Huber (FAETERJ) realizou a apresentação do relatório final do Grupo de Trabalho do Evento da Sociedade Civil – Ferramentas para Gestão Participativa, que tinha objetivo de divulgar os trabalhos do Comitê Guandu e suas ações. Foi realizado em Paracambi, Pirai, Queimados e Itaguaí, abrangendo os municípios de Engenheiro Paulo Frontin, Mendes, Vassouras, Barra do Piraí, Rio Claro, Miguel Pereira, Japerí e nova Iguaçu, Mangaratiba, Rio de Janeiro, Seropédica, Itaguaí. Foram elaborados 5000 flyers e 500 cartazes, além de divulgação digital, através do facebook. Um evento aberto para mobilizar as pessoas interessadas dentro da bacia hidrográfica. Foi estimada a participação de 150 pessoas. No total, após mobilização, foram 185 inscrições, 132 pessoas compareceram. Dentre os assuntos discutidos estão: o incentivo à agricultura sustentável e à agro-ecologia, educação ambiental visando coleta seletiva e manejo de resíduos sólidos. Em escolas e bairros, incentivo à compostagem em escolas e domicílios. Incentivo a pequenas hortas urbanas e escolares, estimular a implantação da agenda 21 nos municípios, projetos de reflorestamento e manutenção de matas ciliares. Franziska Huber concluiu ressaltando que o evento foi de extrema importância para propiciar um diagnóstico das demandas da sociedade civil dos municípios integrantes da região hidrográfica II e deve ser repetido. Sebastiana Cesario sugeriu que fosse divulgado ainda mais os trabalhos para a população. Decio acrescentou que o objetivo no final do ano é dar ciência sobre os projetos que estão andamento. Como o de Comunicação Social que está sendo licitado, o de Tocos, o de Queimadas, o de Minas d Água, Plano de Contingência. Também explicou que o projeto de Auxílio Financeiro para elaboração de trabalhos técnicos e científicos (participação Decio, Julio, Janaina e Vera) é de certa forma simples e visa auxiliar pesquisas simples. Décio informou que nós estamos no terceiro edital e

que o foco dos projetos são recursos hídricos e meio ambiente, que são recursos pequenos que envolvem estudantes e pesquisadores. Nelson Reis (OMA-Brasil) sugeriu que esses projetos devem ser apresentados em Plenária. Decio explica que a ideia é realizar apresentação de todos os trabalhos. Além de fazer uma publicação. Dentre os projetos contratados, temos: uso de biossódio na composição de subtratos para produção de muda de espécies florestais da mata atlântica, por exemplo. Como lista de encaminhamentos, segue: 1- Solicitar oficialmente, para Alba e Janete a apresentação do projeto Planos Municipais de Conservação e recuperação da Mata Atlântica Noroeste do Estado do Rio de Janeiro na Câmara Técnica; 2- Encaminhar novamente aos membros da Plenária as sugestões de alteração do Regimento Interno com as contribuições do INEA, na segunda semana de janeiro; 3- Enviar aos membros da Plenária o link da Serpasul; 4- Enviar aos membros da Plenária o link do estudo do macro plano de São Paulo para posterior discussão na câmara técnica; 5- Encaminhar a resposta do INEA à CTIG (referente à carta enviada pela CTIG); 6 - Enviar aos membros o calendário 2014 aprovado. O Secretário Executivo, Julio Cesar Antunes agradeceu a presença de todos, questionou se alguém teria algo a acrescentar e não havendo, encerrou a reunião às 16h46min. Eu, Kennya Inocêncio, tomei a termo esta ata que segue assinada pelo Diretor Geral e Secretário Executivo.

Decio Tubbs Filho (ABAS)
Diretor Geral

Julio Cesar Oliveira Antunes (CEDAE)
Secretário Executivo

MEMBROS PRESENTES:

Representando a Sociedade Civil – Alexandre Nascentes (UFRRJ); Franziska Huber (Faeterj-Paracambi); Jaime Bastos (Instituto Ipanema); Nelson Rodrigues (OMA-Brasil); Mauricio Ruiz (ITPA); Décio Tubbs (ABAS); Frederico Menezes Coelho (ABES);

Representando os usuários – Julio C. Antunes (CEDAE); Alba Costa, representando Jaime Azulay (CEDAE); Pamela F. dos Reis (Gerdau); Aline Vieira, representando Patrícia Gama (Ambev); Eduardo Freire Gomes (Sindicato Rural de Rio Claro); Pedro Ernesto Fonseca (Associação de Pequenos Produtores de Vera Cruz); Marcio Carlos F Dias (SFE); José Gomes Barbosa Junior (Light); Sabina Campagnani (Furnas); Amisterdan Ribeiro Cristo (SIMARJ).

Representando o Governo Municipal – Simone P.F. de A. Sá, representando Madalena Sofia (Prefeitura Municipal de Barra do Piraí); José Anunciação Gonçalves (Prefeitura Municipal de Queimados); Carlos Alberto, representando Silvana Aparecida Silveira (Prefeitura Nova Iguaçu); Claudio Teixeira (Prefeitura de Miguel Pereira).

Representando o Governo do Estado – Sebastiana Cesario (INEA);

CONVIDADOS:
Alexandre da Silva Souza (Prefeitura de Barra do Piraí), Felipe Guimarães (Comite Guandu); Luciana Santana (Coca-Cola); Janete Abrahão (AEMERJ); Carolina Sampaio (AEMERJ); Janaína Vettorazzi (Comitê Guandu); Erica Sodré (INEA); Bianca Santos (UFRJ); Carlos Castilho (INEA); Adilson Silva (INEA); Olivia Gilmore (CI-Brasil).

MEMBROS AUSENTES:
Representando a Sociedade Civil – Vera Lucia Agarez (UVA); Mônica Prantera (UNIGRANRIO); Benedito Filho (ARQUISERRA); Osmar Domingos (AMDAMS); Carlos Alberto (CI-Brasil); Graciana Souza (CONNECTA); Hendrik Mansur (TNC); Laerte Grisi (FAPUR); Gilberto Sant'anna (SINTSAMA);

Representando os Usuários – José Luis Governo de Souza (Thyssenkrupp-CSA); Leonardo Righetto (FAB Zona Oeste); Carlos Erane (FIRJAN); Odair Lima (MMX); Diego Ruas (PETROBRAS); Osvaldo Borges (UTE Paracambi); Telma Rodrigues (Mineração Santa Luzia);

Representando o Governo Municipal – Edivane Lage (Prefeitura Municipal de Piraí); Ademar Quintella (Prefeitura Municipal de Seropédica); Elaine Gonçalves (Prefeitura Municipal de Paracambi); Francisco Alves (Prefeitura Municipal de Eng. Paulo de Frontin);

Representando o Governo do Estado – Glaucia Sampaio (SEA); Maria Dalva (FIPERJ); Leonardo Torres (EMATER-Rio); Hernani Nunes (DRM-RJ);

Representando o Governo Federal – Andréa de Nóbrega (ICMBIO); Adacto Ottoni (CREA-RJ).